



SET-01

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 03 de setembro de 2018.

Plantão da Direção Nacional: Elma Dutra, Tereza, Toninho Alves, Rafael Pereira, Sadi.

Em atividade em Brasília: Lucimara Cruz.

INFORME NACIONAL

GOVERNO DE TEMER NÃO CUMPRE ACORDO!

Após ter feito o anúncio, na quarta-feira (29) de manter o reajuste dos servidores públicos para 2019. O desgoverno, Temer, voltou atrás. Publicado no *Diário Oficial da União* publica no dia 01 de setembro (sábado), em edição extra, a [Medida Provisória \(MP\) nº 849](#), que adia para 2020 o reajuste de servidores públicos federais, até então programado para o ano que vem.

É importante lembrar que em 2015, a então presidente da república, Dilma Roussef, após um processo de greves e mobilizações, firmou acordos com diversas entidades e categorias do serviço público federal. Esses acordos previram, de forma diferenciada, parcelas de aumento remuneratório e reestruturação das carreiras. Algumas entidades assinaram acordos por dois anos, como foi o caso da FASUBRA. Outras entidades assinaram por quatro anos. Também houve aquelas que conquistaram reestruturações ou incorporações de gratificações que estão previstas para serem efetivadas em 2019.

A decisão foi comunicada dois dias depois da propaganda enganosa de Temer foram feita dia 31/08 pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, durante apresentação do Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2019.

Justificando o adiamento do reajuste, Guardia citou a necessidade de manter o ajuste fiscal e disse que o atual momento do país não comporta o crescimento de gastos públicos obrigatórios. Segundo o ministro, a previsão do reajuste, entretanto, está mantida no Projeto de Lei Orçamentária, caso a MP que adia o aumento salarial não seja aprovada no Congresso Nacional. O adiamento do

reajuste a servidores públicos federal dará flexibilidade de R\$ 4,7 bilhões para o próximo governo gastar com outras despesas, como investimentos federais (obras públicas e compra de equipamentos). Originalmente, o impacto seria de R\$ 6,9 bilhões, mas Guardia explicou que um total de R\$ 2,2 bilhões de reajustes previstos não foi regulamentado e perdeu a validade.

O governo golpista de Temer chega ao fim do seu mandato desautorizado pelo ministro da fazenda, mostra que não tem moral política de propor qualquer alteração neste cenário econômico. O governo mantém o congelamento do reajuste salarial dos servidores públicos e faz acordo para aumentar o salário dos ministros do STF de 16,38% em troca do auxílio moradia. Isto demonstra a unidade entre o executivo e o judiciário na defesa de seus interesses. A única saída é organizar a nossa categoria para os possíveis enfrentamentos que possam estar por vir. Temer pode tentar neste final de governo aprovar medidas que atacam, ainda mais, nossos direitos.

Atenta a este quadro político a FASUBRA realizou, na semana passada, juntamente com entidades do serviço público federal e estadual um seminário que serviu para buscar a unidade destes setores para resistir a tais ataques (**ver abaixo a carta do seminário**). Este seminário apontou um conjunto de ações e um calendário de mobilizações. Dia 13, ocorrerá ATO NACIONAL com Caravana a Brasília, para exigir a Revogação da EC 95 e das contra reformas, denunciar o desmonte do serviço público e pressionar o STF para que vote a favor da revisão anual dos salários do funcionalismo na posse do novo presidente do STF. FASUBRA orienta as entidades vizinhas a capital a participarem do ato e as entidades que não vierem, a organizarem-se juntos aos Foruns estaduais para participarem dos atos estaduais onde ocorrer. Também, neste mesmo período, dias 14, 15 e 16, será realizada a plenária Nacional da FASUBRA para debatermos temas da conjuntura, o processo eleitoral de outubro para que nossa categoria eleja candidatos comprometidos com a luta dos trabalhadores.

NOTA DA FASUBRA SOBRE O INCÊNDIO NO MUSEU NACIONAL DO RJ

A FASUBRA- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - recebeu com muito pesar a notícia da tragédia ocorrida no Museu Histórico Nacional, na noite do último

domingo (02.09.2018). O Museu Nacional do Rio de Janeiro, um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas com mais de 20 milhões de itens históricos, uma instituição científica que completou 200 anos em junho deste ano. O palácio do museu nacional serviu de residência da família real portuguesa, foi sede da primeira assembleia constituinte republicana de 1889, sofreu uma grave tragédia neste domingo com um incêndio sem controle que causou uma destruição de imensas proporções.

A Federação lamenta que o acervo histórico existente no museu há muito tempo mantido com grandes dificuldades devido à falta recursos financeiros para conservação e preservação do prédio e seu conteúdo, inclusive com diminuição progressiva das exposições, ou seja, limitação do acesso público àquele patrimônio. O incêndio no museu nacional, foi uma tragédia anunciada, pois diversas entidades já haviam denunciado a situação em que se encontrava o acervo, tendo sido sistematicamente ignoradas pelo governo golpista, que se negou a tomar as providências necessárias para a restauração e conservação do prédio e daquele importante patrimônio histórico. Na contramão da preservação do museu e proteção dos registros da nossa história, o governo Temer vem, progressivamente, cortando recursos do serviço público em cumprimento à EC 95.

A FASUBRA repudia a política econômica e o descaso do governo federal, a burocracia que engessa as gestões com poucos recursos para manter o patrimônio das Universidades, que retira verba do serviço público, sucateia as universidades, levando-as propositalmente ao caos para justificar a implementação da proposta privatista do FMI.

A FASUBRA se solidariza com a comunidade acadêmica da UFRJ, técnicos, estudantes e docentes, vítimas dessa tragédia anunciada, uma catástrofe para a memória do nosso país e do continente Americano, não são somente duzentos anos de uma instituição, mas duzentos anos de brasileiros e estrangeiros que dedicaram suas vidas a pesquisar e preservar a história e a cultura, uma perda irreversível.

A FASUBRA chama as entidades de base do Rio de Janeiro a se juntarem a comunidade acadêmica da UFRJ e participarem do ato em defesa do Museu Nacional que ocorre no 03/09, na Cinelândia e orienta às demais entidades que encaminhem moções de solidariedade à Comunidade Acadêmica da UFRJ.

PLENÁRIA NACIONAL ESTATUTÁRIA

Nos dias **14,15 e 16 de setembro**, em Brasília / DF, no auditório III da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB será realizada a **PLENÁRIA NACIONAL ESTATUTÁRIA DA FASUBRA**.



Pauta: Informes Nacionais e da Direção Nacional; Apresentação dos programas de governo dos candidatos à Presidente da República; substituições na Direção Nacional; debates de conjuntura; Informes de Base; calendário, encaminhamentos e outros.

V ENCONTRO NACIONAL DOS(AS) APOSENTADOS(AS), APOSENTANDOS(AS) E PENSIONISTAS



A Coordenação de Aposentados (as) e Assuntos de Aposentadoria, alerta os Sindicatos de Base que em Setembro, dias 27, 28, 29 e 30 acontecerá o V Encontro Nacional de Aposentadas (os) e Aposentados (os), em Brasília. **Alertamos que as Inscrições vão começar no início de setembro na página da Fasubra**, e os

assuntos a serem debatidos serão direito dos trabalhadores, plano de saúde, qualidade de vida, programas de preparação para a aposentadoria e envelhecimento saudável, contamos com a participação de todos!!!

RELATÓRIO SEMINÁRIO NACIONAL DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS - RESISTIR PARA EXISTIR

Hospitais Universitários e o Desmonte dos Serviços Públicos: Resistir para Existir!

01 e 02 de setembro de 2018

Local: UNB- Universidade de Brasília.

A Coordenação de Seguridade Social, seguindo deliberação do XXIII Congresso da FASUBRA, realizou no último final de semana (01 e 02 de setembro de 2018) o Seminário Nacional dos Hospitais Universitários, com o tema 'Hospitais Universitários e o Desmonte dos Serviços Públicos' e o lema 'Resistir para Existir!'. O objetivo principal desse fórum da categoria foi a atualização do Projeto de Hospitais Universitários da FASUBRA, como forma de consolidá-lo enquanto arma de disputa política nos constantes embates que nossa categoria enfrenta na defesa do nosso Projeto de Universidade, em que está incluída a defesa dos HU 100% SUS e firmado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão/Assistência. Estiveram presentes mais de 150 participantes, com 130 inscrições de trabalhadores de 22 entidades da base da Federação e cerca de 20 convidados e visitantes. No primeiro dia, os trabalhos foram iniciados com a mesa de abertura com a saudação da Coordenação Geral representada por Antonio Alves Neto e Fernando Maranhão, seguida pela Análise de Conjuntura feita pelas Coordenadoras de Seguridade Social, Lucimara Cruz e Mariane de Siqueira. Pontualmente, às 10h, a mesa de Apresentação do Projeto de HU da Fasubra rememorou a trajetória, motivações e conjuntura em que foi elaborado o Projeto de HU da Federação, nela estiveram presentes como palestrantes, Jupiara Castro, Gerly Lucy Miceli e Hilbert David B. de Sousa. À tarde foi dedicada ao trabalho em Grupos de Discussão para que, na construção coletiva, houvesse espaço privilegiado de formulação das representações das bases. Desse rico processo de construção coletiva foram obtidas mais de 90 proposições de alterações e reflexões sobre o Projeto de HU que queremos. O segundo dia foi dedicado à mesa 'Relações de Trabalho', que contou com a direção conjunta das Coordenações de Seguridade Social, Organização Sindical (Fernando Maranhão) e Jurídica (João Paulo Ribeiro), esse tema teve

como palestrantes o Professor Wladimir Tadeu Soares(UFF), Dr. Cláudio Santos (Assessor Jurídico da FASUBRA) e Fernando Maranhão. Após as exposições foi aberto o debate para a plenária que participou com 20 intervenções. Na tarde do dia 02/09, a dinâmica de trabalho se deu por discussão em grupos temático , consistindo em 4 temas motivadores: Diversidade de vínculos e ambiente de trabalho, Insalubridade, Saúde do Trabalhador e APHX30h. As discussões se estenderam das 14:30 às 17h e resultaram em 05 proposições relativas à Insalubridade, 10 relativas à Saúde do trabalhador , 12 sobre APHX30h e 15 com o tema diversidade de vínculos. As proposições elaboradas pelos participantes do Seminário serão sistematizadas pela Coordenação de Seguridade Social e remetidas aos fóruns deliberativos da categoria para apreciação e deliberação.

CARTA DO SEMINÁRIO DO FONASEFE "O SERVIÇO PÚBLICO QUE QUEREMOS"

As entidades sindicais do funcionalismo organizadas em seus fóruns, que juntos representam mais de 1 milhão de trabalhadores do serviço público responsáveis e comprometidos em atender as demandas sociais do povo brasileiro se manifesta e alerta toda população, chefes de estado, parlamentares e candidatos nessas eleições pela gravidade do momento no qual estamos vivendo.

Segundo o levantamento da Auditoria Cidadã da Dívida, cerca de 52% de tudo que se arrecada no orçamento da união está direcionado aos interesses dos especuladores do sistema financeiro. A aprovação de contra reformas no atual governo, medidas e projetos aprovados pelo congresso nacional e pelo poder judiciário com a aplicação da contrarreforma trabalhista, terceirização ampla e irrestrita, contrarreforma do ensino médio, contra reforma política, entrega do patrimônio público com privatizações, não cumprimento de acordos salariais já firmados com categorias de trabalhadores do funcionalismo e restrição do direito de greve são medidas que aprofundaram e aceleraram os ataques a direitos sociais e democráticos no último período.

Vivemos um momento de intensificação dos ataques ao serviço público, que no último período se agravou por meio da Emenda Constitucional (EC) 95, que institui o chamado Novo Regime Fiscal (NRF), e fixa, para cada ano, limites

individualizados para a despesa primária total do poder Executivo, do Judiciário e seus órgãos, do Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU), incluindo entidades da administração pública federal direta e indireta, os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo poder público e as empresas estatais dependentes – ainda que os poderes/órgãos tenham garantia constitucional de autonomia administrativa e financeira.

Encaminhada, pelo Poder Executivo, em 16 de junho de 2016 ao Congresso Nacional (CN) e promulgada em 15 de dezembro de 2016, impõem limites ao crescimento da despesa primária da União no longo prazo. Deu-se então a imposição de alterações no modelo de Estado promovendo um verdadeiro desmonte do serviço público, com impactos profundos na execução das políticas públicas e sociais e retirando os poucos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. A lógica imposta com a redução de políticas públicas é a ação necessária para a ampliação do processo de privatização dos serviços e equipamentos públicos, reduziu os direitos sociais a mercadoria, ou seja, só tem acesso a determinados serviços quem por eles puder pagar. E assim, cada vez mais, parcelas da população, ficam mais marginalizadas.

As consequências imediatas da EC/95 já se fazem sentir no cotidiano dos servidores públicos, com redução de cargos e postos de trabalho, redução de verbas para a garantia de funcionamento das instituições públicas e ainda levando a demissões de trabalhadores/as terceirizados/as. Para a população os efeitos são ainda mais perversos, com a redução de atendimentos em serviços básicos como saúde, educação, previdência social e justiça. Sem servidor público e sem estrutura para a realização dos serviços públicos, a população, em especial a mais pauperizada, tem suas condições de vida ainda mais afetada.

Nunca, como hoje, as lutas contra as contrarreformas que retiram tantos direitos dos/as trabalhadores/as, foram tão necessárias. Juntar as lutas, criticar e lutar para inviabilizar os processos de destruição da nossa sociedade deve ser nossa palavra de ordem. Temos que superar as perspectivas isolacionistas, que tendem ao particularismo, para assumirmos uma posição estratégica para o conjunto da classe trabalhadora e que tenha na defesa intransigente dos serviços públicos de qualidade, estatais e gratuitos, a centralidade de nossa luta.

Lutar pela revogação das contrarreformas, impulsionar ações unitárias do conjunto do funcionalismo público das três esferas e mobilização da população como um todo, na defesa dos serviços públicos é o nosso desafio para o próximo período.

O Funcionalismo Público que queremos é aquele que valorize os servidores e ofereça políticas públicas gratuitas e de qualidade para toda a população. SEM SERVIDOR PÚBLICO NÃO HÁ SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE!

FONASEFE – Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais.

FONACATE – Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado.

EIXOS DE LUTA E CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DO FONASEFE

A seguir serão apresentados, brevemente, alguns dos principais eixos defendidos por diversas categorias, sempre no intuito de valorizar o servidor e o seu trabalho, a pluralidade de interesses e as especificidades de cada categoria, além, como não poderia deixar de ser, de primar pelo fortalecimento do serviço público nas três esferas de governo. Também urge como necessidade e anseio, além do conjunto de interesses elencados a seguir, a retirada de projetos no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; além do cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação. Isso posto, seguem os principais pontos balizadores dessa carta manifestando o serviço público que queremos:

1. Defender a manutenção dos poucos direitos conquistados com lutas e greves na Constituição de 1988 com vistas à defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade contribuindo com a redução das desigualdades sociais;
2. Revogação da Emenda Constitucional 95.
3. Revogação da reforma trabalhista, que aprofunda a desregulamentação do mercado de trabalho, legaliza formas precárias de contratação, reduz os

ganhos dos trabalhadores e enfraquece os sindicatos, diminuindo a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores.

4. Defender um sistema tributário efetivamente progressivo, com redução de impostos sobre o consumo, retorno da tributação de lucros e dividendos, e maior tributação sobre renda e patrimônio de grandes fortunas.
5. Defender a previdência social 100% pública para todos os trabalhadores. Defender os direitos previdenciários adquiridos e vigentes dos servidores públicos, ativos e aposentados, além de lutar por uma política salarial permanente, mantendo a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
6. SUS 100% Público. Verba pública somente para saúde pública, em defesa dos Hospitais públicos e Universitários.
7. Defender os serviço público, por meio da realização de concursos periódicos para repor o quadro de pessoal, estruturação de carreiras atendendo as reivindicações específicas das categorias e capacitação permanente;
8. Defender a diminuição dos cargos de livre nomeação e ampliação da participação de servidores concursados no exercício de funções estratégicas na Administração Pública respeitando as especificidades das instituições.
9. Concurso público para todo serviço público via RJU.
10. Revogação da lei que criou e que amplia as terceirizações, concurso público via RJU. Defesa dos direitos dos trabalhadores Terceirizados. No âmbito da remuneração e condições de trabalho os efeitos da terceirização são, em geral, perversos para os trabalhadores, quais sejam: alteram as remunerações; causam impactos sobre a isonomia salarial dos servidores do setor público; estabelecem diferenças em relação a alguns benefícios ou vantagens indiretas; servidores estatutários e celetistas desenvolvendo as mesmas atividades; descumprimento de obrigações trabalhistas (FGTS, INSS, falta de carteira

assinada, periculosidade, férias, não pagamento de indenizações trabalhistas); condições mais vulneráveis de segurança no trabalho; jornadas de trabalho mais extensivas; aspectos discriminatórios do uso do espaço de trabalho; ritmo acelerado de trabalho e excesso de horas extras, são alguns deles;

11. Rever a situação funcional e remuneração dos trabalhadores anistiados e reintegrados. O fato de estes trabalhadores terem sido anistiados e reintegrados se traduz num claro reconhecimento por parte do governo de que as demissões foram arbitrárias, ilegais e injustas. Apesar deste reconhecimento estes trabalhadores se encontram, atualmente, em situação totalmente ambígua com relação ao regime de contrato de trabalho, pois o vínculo funcional de muitos destes servidores vêm sendo restabelecido como celetista, mesmo estando lotados na administração direta;
12. Defender a plena implementação da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical no serviço público; Com definição da data base no 1º de maio.
13. Defender a manutenção do poder aquisitivo da remuneração ou do subsídio dos servidores públicos. Uma análise que pode ser feita acerca da questão salarial dos servidores diz respeito à histórica precarização salarial demonstrada a partir do comparativo entre a inflação registrada em vários períodos e as chamadas revisões gerais anuais, estabelecidas após a Emenda Constitucional nº19 de 1998, que modificou o inciso X do artigo 37, assegurando a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
14. Lutar por verba pública exclusivamente para o ensino público. Ensino Superior 100% público. Ampliação das vagas nas Instituições públicas de ensino superior na graduação e pós- graduação;
15. Cumprimento da lei de cotas para o serviço público e implementação de Cotas Raciais nos programas de pós graduação e processos seletivos em geral.

16. Criação de uma política de acesso e permanência para pessoas com deficiência no serviço público.
17. Defesa do sistema público de educação. Revogação da contrarreforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
18. Fortalecimento dos órgãos públicos de atendimento e acompanhamento dos povos originários. Demarcação das terras indígenas e quilombolas e imediata reparação aos povos negros e originários;
19. Fortalecimento dos órgãos públicos de atendimento a pequenas propriedades e produção agroecológica. Reforma agrária, demarcação e titulação, sem indenização ao latifúndio ou agronegócio. Alteração imediata da Lei da grilagem (Lei nº 13.465/2017) para inibir a grilagem;
20. Contra toda forma de privatização e terceirização com reestatização de todas estatais vendidas ao capital internacional ou nacional.
21. Combate a criminalização e perseguição no funcionalismo público.
22. Garantia de aplicação e ampliação de recursos públicos para pesquisa e ciência e tecnologia a serviço do interesse público e não privado.
23. Combater o assédio moral e sexual nos serviços públicos.
24. Redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Respeitando as reivindicações específicas de cada setor do serviço público.
25. Revogação de todos os PLs, MPs, Decretos e portarias que foram aprovados ou que estão tramitando e que de alguma forma atingem direitos e conquistas dos servidores públicos.

26. Construir o combate ao sistema perverso da dívida pública, isenções tributárias e sonegação. Abrir o debate no conjunto dos fóruns do funcionalismo.
27. Lutar pela realização do censo demográfico 2020, caso não haja concurso público para trabalhadores efetivos e orçamento suficiente o censo poderá não ocorrer.
28. Denunciar os parlamentares que votarem a favor de medidas que atacam os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores.

CALENDÁRIO DE LUTAS e ATIVIDADES:

Orientamos que nesse próximo semestre seja reproduzido seminários estaduais tendo como referência o seminário nacional " O serviço público que queremos", para intensificar a articulação das entidades sindicais do funcionalismo pressionando e organizando a luta institucional e a mobilização nas ruas em defesa de nossos direitos.

05/09 – Dia nacional de denúncia do Orçamento Federal que corta investimentos nos serviços públicos e congela salários do funcionalismo.

07/09 – Participação nos atos e ações do dia dos excluídos.

13/09- ATO NACIONAL com Caravana a Brasília para exigir a Revogação da EC 95 e das contra reformas, denunciar o desmonte do serviço público e pressionar o STF para que vote a favor da revisão anual dos salários do funcionalismo na posse do novo presidente do STF.

17/10 – Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral e Sexual no serviço público.

24/10 – Dia Nacional de lutas nos estados em defesa do Serviço Público com manifestações, mobilização e paralisações de acordo com a especificidade de cada categoria.

18 a 24/11- Semana da Consciência Negra - Orientamos as entidades realizar atos e manifestações de combate ao racismo nessa semana de acordo com as especificidades de cada setor.

Estado de Alerta – Mobilização Permanente.

As entidades organizadas pelo FONASEFE que construíram em unidade o seminário “os serviços públicos que queremos”, estão em estado de alerta com a possibilidade de logo após o período eleitoral o governo e o congresso nacional aproveitarem esse momento para proferirem mais ataques. Nessa situação estamos organizados para o enfrentamento dentro do congresso nacional e nas ruas com indicativo de uma nova reunião ampliada para definir um calendário de lutas pós eleição. Diante desse cenário, consideramos também salutar apresentar para as direções das centrais sindicais a proposta de construção de uma nova greve geral no país para defender direitos sociais e liberdades democráticas da classe trabalhadora.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES 2018	
SETEMBRO	
1 e 2	Seminário Nacional dos Hospitais Universitários – Brasília/DF
3 a 7	IX Reunião Internacional da Rede WATERLAT - João Pessoa/PB
11	Reunião do FENTAS – Brasília-DF
13	Ato em Brasília por ocasião da posse de novo Presidente do STF – Brasília/DF
14 a 16	Plenária Nacional da Fasubra, em Brasília-DF
27 a 30	Encontro Nacional de Aposentados e assuntos de Aposentadoria – Brasília/DF